



ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2025 – ATA nº 010/2025 – CNPJ 83.043.745/0001-65 – NIRE 42.3.0000078-7.

LOCAL E HORA: Na sede da Sociedade, sito à Rua Murilo Andriani, nº 327, Bairro Itacorubi, na cidade de Florianópolis/SC, às 14h00min. **CONSELHEIROS PRESENTES:** Maximo Porto Seleme – Presidente do Conselho, Diego Silva de Oliveira – Vice-presidente do Conselho; Daniel da Costa Xavier; Jorge Henrique Carneiro Frydberg; Samira Oenning Domingos; Willian Filipini e Bruno Leonardo Martins de Melo, como Conselheiro Representante dos Empregados interino. **DIRETORES PRESENTES:** Gustavo Madeira da Silveira – Presidente do CIASC, Diego Ricardo Holler – Vice-presidente Administrativo e Financeiro; Tiago Fagonde de Moraes – Vice-presidente de Mercado. **EMPREGADOS PRESENTES:** José Rosnei de Oliveira Rosa – Chefe de Gabinete e Secretário dos Trabalhos, Luiz Fernando Carreirão – Assessor de Auditoria, André Reiser Rebello – Assessor Jurídico; Matheus Norberto Gomes – Gerente Financeiro; Secundino Lemos Neto – Gerente de Gestão de Pessoas; Alessandro Ricardo Stahelin – Coordenador de Pagamento e Controle.

REGISTRO DESCRITIVO DA REUNIÃO: Presidente do Conselho, Maximo Seleme, deu as boas-vindas e agradeceu a presença de todos. Em seguida, convidou a mim, José Rosnei de Oliveira Rosa, para secretariar os trabalhos. Procedeu-se à leitura da Ordem do Dia, cujo teor é: **item 1. Análise do Balancete e Demonstrações Financeiras 2º trimestre de 2025; item 2. Acompanhamento do Planejamento e Realização das Ações Negociais da Empresa; item 3. PDVI - Atualização dos dados após implementação, previsões e ponto de inflexão dos gastos; e item 4. Outros assuntos de interesse da sociedade.** Para o **item 1 da pauta, Análise do Balancete e Demonstrações Financeiras 2º trimestre de 2025**, a apresentação foi conduzida por Matheus, Gerente Financeiro, que explicou que, para maior objetividade, trouxe os dados consolidados do mês de maio de 2025, uma vez que o fechamento de junho ainda não havia sido aprovado pelo Conselho Fiscal. Matheus reforçou que a base apresentada corresponde ao acumulado de janeiro a maio de 2025, refletindo os dados mais recentes disponíveis com aprovação formal do Conselho Fiscal. Iniciou a exposição pelo Ativo, destacando que o Ativo Circulante, composto pelos direitos com vencimento até doze meses, totalizou R\$48.531.144,41 (quarenta e oito milhões, quinhentos e trinta e um mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e um centavos) em maio de 2025, frente a R\$46.547.459,96 (quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos) no mesmo mês de 2024. O ativo está distribuído entre disponibilidades, contas a receber, estoques, despesas antecipadas e outros créditos. Em seguida, apresentou o Ativo Não Circulante, que contempla os direitos com vencimento superior a doze meses. O valor consolidado em maio de 2025 foi de R\$75.297.898,67 (setenta e cinco milhões, duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), frente a R\$79.711.252,09 (setenta e nove milhões, setecentos e onze mil, duzentos e cinquenta e dois reais e nove centavos) em maio de 2024. Com isso, o Total do Ativo da empresa passou de R\$126.258.712,05 (cento e vinte e seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e doze reais e cinco



centavos) para R\$123.829.038,08 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e vinte e nove mil, trinta e oito reais e oito centavos). Na sequência, Matheus apresentou o Passivo, iniciando pelo Passivo Circulante, que representa as obrigações com vencimento até doze meses. Houve um aumento de R\$41.576.876,06 (quarenta e um milhões, quinhentos e setenta e seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e seis centavos) em maio de 2024 para R\$56.847.555,49 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos) em maio de 2025. O principal responsável por esse crescimento foi a inclusão da rubrica referente ao PDVI (Plano de Demissão Voluntária Incentivada), no valor de R\$11.304.259,39 (onze milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos). No Passivo Não Circulante, que inclui obrigações com vencimento superior a doze meses, registrou-se um aumento de R\$41.897.555,27 (quarenta e um milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos) para R\$68.776.037,28 (sessenta e oito milhões, setecentos e setenta e seis mil, trinta e sete reais e vinte e oito centavos). Novamente, o crescimento foi impactado principalmente pelo PDVI, que totalizou R\$34.744.517,44 (trinta e quatro milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos) registrados nessa rubrica. Matheus explicou que, conforme determinação contábil, o valor total das adesões ao PDVI é registrado integralmente no momento da formalização, ainda que o desembolso financeiro ocorra de forma parcelada. Por isso, à medida que novos colaboradores aderem ao programa, a rubrica de PDVI no passivo continua crescendo. Com isso, passou para o Total do Passivo, que passou de R\$126.258.712,05 (cento e vinte e seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e doze reais e cinco centavos) em maio de 2024 para R\$123.829.038,08 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e vinte e nove mil, trinta e oito reais e oito centavos) em maio de 2025. Na parte final da apresentação, Matheus abordou o Resultado do Exercício, destacando que a Receita Bruta apresentou crescimento de 14,25% (quatorze vírgula vinte e cinco por cento) no comparativo com maio de 2024. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento da base de clientes vinculados ao produto Google. Em 2025, observou-se um número maior de clientes contratados e com cobranças já efetivadas até maio, antecipando receitas em relação ao mesmo período de 2024. Apesar do crescimento da receita, o prejuízo acumulado até maio de 2025 foi de R\$38.269.929,83 (trinta e oito milhões, duzentos e sessenta e nove mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta e três centavos), frente a R\$7.330.857,43 (sete milhões, trezentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e três centavos) no mesmo período de 2024. O principal fator responsável pelo resultado negativo foi o lançamento da despesa com o PDVI. Para oferecer uma visão mais clara do desempenho operacional, Matheus apresentou também os números sem o efeito do PDVI, mostrando que, sem essa rubrica, a empresa teria encerrado o período com lucro acumulado de aproximadamente R\$9 (nove) milhões até maio de 2025. O Vice-Presidente Administrativo e Financeiro, Diego, esclareceu que o passivo relacionado ao PDVI continuará existindo até janeiro de 2028, data prevista para o encerramento do programa. Até lá, sempre que houver novas adesões, haverá aumento proporcional na rubrica de PDVI registrada no passivo. Foi mencionado ainda que, do ponto de vista financeiro, a empresa já se encontra em situação de redução de gastos com folha de pagamento em comparação ao cenário anterior ao PDVI, caracterizando o ponto de inflexão do programa. Seguindo para o **item 2. Acompanhamento do Planejamento e Realização das Ações Negociais da Empresa**, O Vice-Presidente de Mercado, Tiago, apresentou a consolidação



dos status das tratativas negociais da empresa, que agora estão organizadas em um único processo unificado. Explicou os passos do procedimento de reconhecimento de dívida e os avanços nessa frente. Informou que a reestruturação desse fluxo tem possibilitado maior controle, transparência e acompanhamento sistêmico das tratativas comerciais em curso, centralizando informações que antes estavam dispersas entre diversas áreas. Na sequência, destacou a atuação da Comissão Multidisciplinar de Aumento de Receitas, da qual faz parte, que tem como objetivo identificar novas fontes de receita para a empresa. Informou que, inicialmente, o foco estava em parcerias estratégicas externas, mas esse modelo sofreu desaceleração após o enfraquecimento institucional do formato. Diante disso, a comissão passou a buscar alternativas de geração de receita internas. Foram apresentadas as cinco frentes de atuação para novas receitas: a) desenvolvimento e lançamento de novos produtos e serviços; b) otimização e expansão de produtos e serviços existentes; c) revisão e aprimoramento de contratos e modelos de negócio; d) estratégias de redução de despesas; e) fortalecimento interno e aprimoramento da governança. O Presidente do Conselho de Administração, Máximo, manifestou preocupação quanto ao posicionamento da empresa diante dos obstáculos enfrentados, salientando que os entraves institucionais representaram um atraso significativo não apenas para o CIASC, mas para a população como um todo. O Conselheiro Jorge destacou a falta de sustentação política enfrentada pelo CIASC e alertou sobre a necessidade de autocrítica quanto às parcerias firmadas, ressaltando que é importante a empresa compreender eventuais falhas internas nesse processo. O Conselheiro Daniel observou que, desde sua entrada no Conselho, tem notado um padrão recorrente em que a empresa desenvolve produtos de forma reservada, mas não conta com apoio institucional ou campanhas articuladas para sua efetiva implantação, o que compromete o impacto dessas soluções. O Conselheiro Bruno, representante interino dos empregados, comentou que, à época das parcerias, houve tentativa de avanço, mas faltou o respaldo político necessário para sustentação das iniciativas. Para o **item 3. PDVI - Atualização dos dados após implementação, previsões e ponto de inflexão dos gastos**, O Gerente de Gestão de Pessoas, Lemos, apresentou uma atualização sobre o Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI), com dados consolidados até o mês de junho e projeções até o final do exercício. Relembrou os objetivos do programa, destacando que a expectativa inicial era de 130 adesões, porém, o total atingido foi de 173 inscritos. Informou que, até dezembro de 2025, estão previstos 69 desligamentos efetivos. Lemos destacou que, devido ao perfil dos colaboradores aderentes, com maior tempo de casa e maior remuneração, os valores de rescisão são elevados, o que gera um impacto inicial significativo no desembolso da empresa. O Conselheiro Bruno questionou sobre a economia mensal gerada pelo programa. Em resposta, o Vice-Presidente Administrativo e Financeiro, Diego, esclareceu que a recorrência desse tipo de questionamento está diretamente ligada à discussão sobre a viabilidade de implementação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). Explicou que o PDVI envolve tanto custos financeiros quanto custos contábeis, estimados em aproximadamente R\$ 2 milhões. Acrescentou que, ao longo do tempo, há redução no pagamento de encargos sobre a folha, o que reforça a justificativa econômica da medida. Sobre o ponto de inflexão, Diego explicou que, embora desde o início do programa haja redução nos custos financeiros com pessoal, a questão principal é identificar qual será o ponto de inflexão global da empresa. No entanto, no que diz respeito especificamente ao PDVI, já se observa um cenário em que os gastos com folha de pagamento passaram a ser inferiores ao que eram antes da implementação do programa. Por fim, para o **item 4 da**



pauta, outros assuntos de interesse da sociedade, nada mais havendo a tratar, o presidente Maximo agradeceu a presença, as contribuições, o comprometimento de todos, e encerrou a reunião. Lavrada esta Ata, a mesma foi lida, corrigida, considerada conforme e aprovada pelos presentes à reunião. Em atendimento ao §2º do art.10 da Instrução Normativa DREI 79, de 14/04/2020, este documento único consta no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe, no processo CIASC 007/2025, utilizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, sendo assinado eletronicamente por meio de Certificação Digital, por mim, José Rosnei de Oliveira Rosa - Secretário dos Trabalhos, Maximo Porto Seleme – Presidente do Conselho, Diego Silva de Oliveira – Vice-presidente do Conselho e os Conselheiros Daniel da Costa Xavier, Jorge Henrique Carneiro Frydberg, Samira Oenning Domingos Wilian Filipini e Bruno Leonardo Martins de Melo, representante dos empregados interino.

Cópia fiel do original lavrado no livro nº 7, Fls. 057 a 060 do Registro de Atas do Conselho de Administração do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S/A – CIASC. Processo SGPe CIASC 0007 2025

José Rosnei de Oliveira Rosa
Secretário da Reunião do Conselho





256543240

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMACAO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC
PROTOCOLO	256543240 - 04/08/2025
ATO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
EVENTO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

MATRIZ

NIRE 42300000787
CNPJ 83.043.745/0001-65
CERTIFICO O REGISTRO EM 07/08/2025
SOB N: 20256543240

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 34732454968 - JOSE ROSNEI DE OLIVEIRA ROSA - Assinado em 04/08/2025 às 11:39:56



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 07/08/2025 Data dos Efeitos 04/08/2025

Arquivamento 20256543240 Protocolo 256543240 de 04/08/2025 NIRE 42300000787

Nome da empresa CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMACAO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A - CIASC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 592787886027547

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/08/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretario-Geral

07/08/2025